



Fl. 045
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/06/14

ATA NÚMERO 19/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 14 DE JUNHO DE 2018

Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, teve lugar a décima nona reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Presente Ana Maria da Silva Xavier Guerra convocada na sequência da renúncia ao mandato apresentada pelo Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso, por ser a candidata seguinte na lista do Partido Socialista às últimas eleições autárquicas.

O **Senhor Presidente da Câmara**, após ter verificado a identidade da eleita, mediante a exibição do respetivo bilhete de identidade nº3022081, emitido em 05.03.2008, pelos Serviços de Identificação Civil de Viseu, válido até 05.02.2019, bem como a sua legitimidade, **declarou Ana Maria da Silva Xavier Guerra investida nas suas funções de vereadora, a qual passou a participar na reunião.**

De seguida, deu as boas vindas à Senhora Vereadora, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício do novo cargo, em prol do melhor para o Concelho.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número dezoito da reunião desta Câmara Municipal de um de junho corrente, a qual foi aprovada por três votos a favor e duas abstenções dos membros Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria da Silva Xavier Guerra, por não terem estado presentes naquela reunião.

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** solicitou informação sobre quais são as condições de acesso ao Atelier de Tempos Livres.

Alertou ainda para o seguinte: têm sido recebidos no serviço local da Segurança Social inúmeros pedidos de declarações destinados a instruir candidaturas a apoios sociais na Câmara Municipal, nomeadamente, sobre se existe ou não pagamento de subsídios ou remunerações, o que está bem. Mas, esse facto, nem sempre reflete a realidade, como é o caso

dos emigrantes, que não têm nada na Segurança Social, mas recebem por outro lado.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o alerta do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, tendo informado que os serviços já se tinham apercebido dessa possibilidade (de os candidatos aos apoios atribuídos pelo Município receberem subsídios, ou remunerações, pagos por outros países) e que nenhum apoio é atribuído sem que exista um prévio e rigoroso levantamento da situação dos requerentes, pelos técnicos do Serviço de Ação Social.

Disse ainda que, ao longo destes anos, tem verificado que as pessoas, nem sempre, sabem o que pedir, nem aquilo de que necessitam. Por isso, tem havido o cuidado de perceber o lado de lá, fazendo a devida avaliação.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo começou por dar as boas-vindas à Senhora Vereadora Ana Maria da Silva Xavier Guerra, desejando que seja um mandato profícuo, por Tarouca e por todos os Tarouquenses.

Em relação ao ATL, informou que existem noventa vagas e que o preço é cobrado de acordo com os rendimentos, variando entre os dez e os setenta e cinco euros. Disse ainda, que o ano passado foram preenchidas todas as vagas, prevendo-se que este ano aconteça o mesmo.

Informou ainda que o regulamento está disponível para consulta no site do Município. No entanto, solicitou que os serviços de apoio o enviem aos Senhores Vereadores.

Terminou, ditando para a ata o seguinte:

"Chegou o calor e com ele um conjunto de preocupações. No caso os fogos florestais.

Neste momento, dispomos de uma equipa de dezassete pessoas a efetuar limpeza florestal. Hoje estamos a fazer as últimas queimas.

Teremos um verão novamente difícil, com risco elevado, e é assustador, porque o gelo que aconteceu em fevereiro último, deixou as nossas florestas com autênticos barris de pólvora. O perigo está lá: é impossível limpar cerca de setenta quilómetros quadrados de floresta e só um "bafo de sorte" nos poderá livrar de alguma catástrofe. Desejo, naturalmente, que exista.

Contudo, vejo este ano, como muito difícil."

O Senhor Presidente da Câmara, acerca da prevenção dos incêndios, disse o seguinte:

"Nós trazemos calceteiros a fazer limpeza florestal. Quando com uma lei que determinasse o que é a competência do Município e o que é competência dos particulares era mais fácil.

E nós andamos com o nosso pessoal a fazer o possível e o impossível.

O que é que as pessoas ganham em estar a preparar bem a floresta? Nada, ninguém lhes paga nada.

Na prevenção não se gasta nada, só milhões na defesa.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/06/14

Este assunto foi discutido na última reunião da CIMDouro, nomeadamente a falta de medidas eficazes, porque o Governo não discute este assunto com quem está no terreno."

Terminado o período de antes da ordem do dia o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Ginásio Clube de Tarouca - pedido de apoio para suportar as despesas com a participação na fase final do campeonato nacional de infantis, nos dias 21 a 24 de junho, na cidade da Batalha

PONTO 2 - Ginásio Clube de Tarouca - pedido de apoio para suportar as despesas com o I Torneio Internacional de Andebol - Cidade de Pareces - Paredes Handball Cup, a realizar de 27 de junho a 1 de julho

PONTO 3 - Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - pedido de patrocínio para a 12ª Edição do Boletim Voz Solidária

PONTO 4 - Preços de utilização das Piscinas Municipais Descobertas/ Época Balnear de 2018 - Proposta

PONTO 5 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 17.04.2018 a 12.06.2018

PONTO 6 - Proposta de nomeação do Conselho Municipal de Educação - mandato autárquico de 2017-2021

PONTO 7 - Concurso público para adjudicação da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca e Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)" - ratificação do despacho

PONTO 8 - Isenção de pagamento da seguinte licença:

a) Ginásio Clube de Tarouca - Passeio de Cicloturismo de médio percurso "Até às margens do Vouga"

PONTO 9 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 10 - Processo nº 102/97 - em nome de António Dias, no lugar de Fonte da Cana, em S. João de Tarouca - Averbamento de nome

PONTO 11 - Operação de loteamento com obras de urbanização de iniciativa municipal - Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca - proposta

PONTO 1 - GINÁSIO CLUBE DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO PARA SUPORTAR AS DESPESAS COM A PARTICIPAÇÃO NA FASE FINAL DO CAMPEONATO NACIONAL DE INFANTIS, NOS DIAS 21 A 24 DE JUNHO, NA CIDADE DA BATALHA

Presente um ofício datado de oito de maio findo, remetido pelo Ginásio Clube de Tarouca, informando que equipa de infantis ficou apurada para a fase final do Campeonato Nacional de Infantis, a realizar entre os dias 21 a 24 de junho, na Batalha, solicitando por isso a atribuição de um subsídio no valor de € 600,00 (seiscentos euros), para suportar as despesas com a respetiva participação.

O Senhor Presidente da Câmara deu os parabéns aos pequenos atletas, tendo dito que não é fácil para o Município atribuir estes apoios extra, contudo a Associação informou que não conseguem desenvolver o projeto sem o apoio do Município.

Informou ainda que dada a urgência, autorizou o pagamento do subsídio, solicitando a respetiva ratificação.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, por se reconhecer o interesse municipal deste evento, ratificar a atribuição ao Ginásio Clube de Tarouca de um subsídio no valor total de € 600,00 (seiscentos euros) destinado a suportar as despesas com a participação da equipa de infantis na fase final do campeonato nacional de infantis (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 2 - GINÁSIO CLUBE DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO PARA SUPORTAR AS DESPESAS COM O I TORNEIO INTERNACIONAL DE ANDEBOL - CIDADE DE PAREDES - PAREDES HANDBALL CUP, A REALIZAR DE 27 DE JUNHO A 1 DE JULHO

Presente um ofício datado de vinte e nove de maio findo, remetido pelo Ginásio Clube de Tarouca, informando que foi convidado a participar no I Torneio Internacional Andebol-Cidade de Paredes - Paredes Handball Cup, a realizar de 27 de junho corrente a 1 de julho próximo, com os Escalões de Minis, Iniciados e Juvenis Masculinos, solicitando a atribuição de um subsídio no valor de € 450 para suportar os custos relativos à participação, e o transporte das equipas, na ida e na volta.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, por se reconhecer o interesse municipal do evento, apoiar a participação do Ginásio Clube de Tarouca no I Torneio Internacional Andebol-Cidade de Paredes- Paredes Handball Cup, a realizar de 27 de junho corrente a um de julho próximo, com os Escalões de Minis, Iniciados e Juvenis Masculinos, e atribuir-lhe um subsídio no valor de €450,00 (quatrocentos e cinquenta euros), destinado ao pagamento da inscrição das respetivas equipas, bem como efetuar o respetivo transporte nos dias da ida e da volta (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 3 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA - PEDIDO DE PATROCÍNIO PARA A 12.ª EDIÇÃO DO BOLETIM VOZ SOLIDÁRIA

Presente o ofício n.º 221/2018, datado de oito de junho corrente, remetido pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, solicitando patrocínio para a 12.ª edição do Boletim "Voz Solidária", a publicar no próximo mês de julho de dois mil e dezoito, cujo objetivo é prestar informação sobre serviços e atividades desenvolvidas pela Instituição em prol dos seus utentes e da comunidade em geral.

Fl. 047
MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/06/14

Discutido o assunto, foi deliberado atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Tarouca um subsídio no valor de €300 (trezentos euros) para patrocinar para a 12ª edição do Boletim "Voz Solidária", por maioria de quatro votos a favor, e um voto contra do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, com fundamento nas razões anteriormente

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** declarou votar contra com fundamento nas razões por si invocadas em anteriores deliberações sobre idêntico pedido.

PONTO 4 - PREÇOS DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS/ ÉPOCA BALNEAR DE 2018 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

"PREÇOS DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS/ÉPOCA BALNEAR DE 2018**PROPOSTA**

No domínio dos tempos livres e desporto, pretendemos criar condições para que as piscinas municipais descobertas sejam utilizadas por toda a população local e visitantes do concelho, de todas as faixas etárias.

No verão, as crianças e jovens precisam de um espaço para ocuparem os seus tempos livres, assim como as suas famílias. Por isso, os preços das entradas nas piscinas, devem incentivar à sua utilização, sem prejudicar a receita destinada a garantir, tendencialmente, os seus custos de funcionamento.

Assim, **proponho** a V. Excias a aprovação, no uso da competência prevista na alínea e) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, dos seguintes preços de utilização das piscinas municipais descobertas, na época balnear de 2018, cujos montantes se mantêm iguais aos que foram fixados para o ano anterior:

Entradas

Público em geral	Preço 2018
Crianças (4 - 11 anos)	1,50€
Utentes com idade igual ou superior a 12 anos	2,50€
Utentes da Piscina Municipal Coberta (com inscrição válida)	Preço 2018
Crianças (4 - 11 anos)	1,00 €
Utentes com idade igual ou superior a 12 anos	2,00 €
Utilização das piscinas municipais descobertas por IPSS'S	Preço 2018

Crianças (4 - 11 anos)	0,50 €
Utentes com idade igual ou superior a 12 anos	1,25 €

Nota: Isento de IVA, ao abrigo do artigo 9º do CIVA.

Aluguer de material	
Espreguiçadeira	2,00 €
Guarda-Sol	1,50 €
Cacifos	0,50 €

Nota: Iva incluído à taxa de 23%.

Data de entrada em vigor: 09.06.2018.

Tarouca, 04 de junho de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e os preços acima descritos de utilização das piscinas municipais descobertas, na época balnear de 2018, cujos valores se mantêm idênticos aos do ano anterior e entrarão em vigor a partir de nove de junho corrente.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 17.04.2018 A 12.06.2018

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 17.04.2018 A 12.06.2018

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 12.06.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 17.04.2018 A 12.06.2018		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	516 185,13€	990 255,46€
2020	-3 613,67€	400 553,33€

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/06/14

2021	4 168,69€	296 437,41€
2022	4 168,69€	4 168,69€
2023	1 042,17€	1 042,17€
	521 951,01€	1 692 457,06€

Paços do Município, 12.06.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

**"Proposta de nomeação do Conselho Municipal de Educação
Mandato autárquico de 2017-2021**

O Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro criou os conselhos municipais de educação, regulando as suas competências, composição e funcionamento.

De acordo com o artigo 6º, o conselho municipal de educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Assim, em cumprimento do mencionado diploma e no exercício da competência conferida pela alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal aprove, sobre a forma de proposta a submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea s) do art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a criação do Conselho Municipal de Educação, composto pelos seguintes membros:

1. Indicados no nº1 do artigo 5º do citado Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro:

a. **Valdemar de Carvalho Pereira**, Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, que será substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal;

b. **Rui Manuel da Costa Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal de Tarouca;

c. _____, Presidente da junta de freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho;

d. _____ a indicar _____, representante da Direção de Serviços da Região Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;

e. **Eduardo da Costa Almeida**, Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos;

2. Indicados pelas respetivas entidades, consultadas nos termos do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro:

a. **Francisco Alexandre Lopes Botelho**, representante do pessoal docente do ensino secundário público;

b. **Luís Manuel dos Anjos Reis**, representante do pessoal docente do ensino básico público;

c. **Isabel Olivia da Silva F. Claro Fonseca**, representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;

d. **Célia Cristina Correia Pereira Cardoso**, representante do estabelecimento de educação pré-escolar privado;

e. **Cristina Adosinda Trindade Botelho e Célia Cristina Pereira Ribeiro Loureiro**, representantes da Associação de Pais e Encarregados do Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos;

f. **José António de Melo Pereira**, representante da Associação de Estudantes das Escola E.B.-S de Tarouca;

g. **Carla Paula da Silva Cardoso**, representante da instituição particular de solidariedade social que desenvolve atividade na área da educação;

h. **Estela Alves Gonçalves Almeida**, representante dos Serviços Públicos de Saúde;

i. **Bela Tabaio**, representante do Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Viseu;

j. **Manuel A.R. Ferreira**, representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional;

k. **Paulo Teixeira Sabença**, Comandante do Posto da GNR de Tarouca, representante das forças de segurança;

l. **João Magalhães**, representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P;

m. _____ a **indicar** _____, representante do Conselho Municipal da Juventude.

Tarouca, 11 de junho de 2018.

.O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA E REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE UCANHA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)" - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de oito de junho corrente, respeitante aos pedidos de esclarecimento e às listas de erros e omissões apresentados pelos concorrentes no concurso público para adjudicação da



Fl. 049
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/06/14

empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca e Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)", aberto por anúncio publicado no Diário da República, 2ª Série, número cento e um, de vinte e cinco de maio de dois mil e dezoito. Verificou-se que este despacho vem acompanhado da ata do júri do concurso e de todos os demais documentos nele mencionados.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho.

PONTO 8 - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE LICENÇA

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção de pagamento das taxas devidas pela seguinte licença:

a) Ginásio Clube de Tarouca - Passeio de Cicloturismo de médio percurso "Até às margens do Vouga", no valor de € 21,70 (vinte e um euros e setenta centimos), nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Regulamento de Taxas Municipais.

PONTO 9 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e cinco, de treze de junho corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 52.634,37 (cinquenta e dois mil e seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e sete centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 272.939,60 (duzentos e setenta e dois mil e novecentos e trinta e nove euros e sessenta centimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 10 - PROCESSO Nº 102/97 -EM NOME DE ANTÓNIO DIAS, NO LUGAR DE FONTE DA CANA, EM S. JOÃO DE TAROUCA - AVERBAMENTO DE NOME

Presente o pedido de Maria Cristina Paiva Dias, solicitando o averbamento em seu nome do processo de licenciamento de operações urbanísticas nº 102/97, anteriormente em nome de António Dias, referente à construção de uma moradia, no lugar de Fonte da Cana, freguesia de S. João de Tarouca.

Verificou-se que este pedido vem acompanhado do referido processo e do despacho da **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 102/97

Local: Fonte da Cana - São João de Tarouca

Titular: António Dias

ASSUNTO: Averbamento do titular / Alteração da descrição do prédio / Prorrogação

DESPACHO

Requerimento de 08/09/2015, José Agostinho Duarte Sorrilha, a solicitar averbamento do "processo de obras n.º 102/97" na qualidade de atual proprietário do prédio.

Requerimento de 22/12/2016, junção de documentos da legitimidade/qualidade de proprietário, com esclarecimentos sobre a correção do artigo matricial/descrição na CRP, referente a um prédio apenas com a área de 1000m2, solicitando ainda prorrogação do prazo para a conclusão da obra.

No âmbito dos referidos requerimentos, sem prejuízo dos esclarecimentos verbais efetuados, foi notificado o requerente, nos termos da informação técnica, a "demonstrar que o prédio/construção enquadram-se na alínea c) do artigo 36º do Regulamento do PDMTarouca"

Por requerimento de 23/06/2017, Maria Cristina Paiva Dia, apresenta ao processo elementos relativos a notificação suprarreferida e solicita ainda novo averbamento do processo em seu nome, na qualidade de nova proprietária do prédio em causa.

No processo, relativo à construção de um edifício de habitação, titulado pelo alvará de obras n.º 114/98 e pelo 84/02 com prazo para a conclusão da obra de 23/08/2003, o licenciamento mantém-se titulado por um alvará de licença válido e eficaz, por não constar declaração de caducidade pela câmara municipal relativa ao incumprimento do prazo para a conclusão das obras, sujeita a audiência prévia do interessado (artigo 71º do RJUE). Não sendo demonstrado na informação do chefe de divisão fundamentação para a observação de que "...deixou caducar a licença"

E, é pois, neste contexto (o de uma licença eficaz) que teremos que perspetivar as pretensões do requerente, nomeadamente efetivar o averbamento do titular processo/licença, na qualidade de proprietário do prédio edificado e ainda na decisão sobre a prorrogação do prazo de 12 meses para a conclusão de obra, a qual tem sido prática dos serviços, e no reconhecer o interesse na conclusão de obras inacabadas.

No que se refere à ratificação da descrição do prédio submetido com o pedido inicial, em averbamento/anotação/aditamento, por lapso na identificação do prédio, depende esta da devida verificação pela área da parcela de 1000,0m2 em alteração do prédio identificado no licenciamento com a área superior a 2500,0m2.

No âmbito da publicação da revisão do PDM, a proposta sobre a ratificação do prédio com a área de 1000,0m2, de acordo com a informação técnica "...poder-se-á contextualizar e enquadrar a pretensão na alínea d) do artigo 40º do regulamento do PMOT..." e nesta se o município considerar que o prédio assenta em "arruamento existente estruturado".



Fl. 051

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/06/14

abertura do período de discussão pública da Operação de Loteamento na AAEL de Tarouca, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

- Os períodos de anúncio e de duração da discussão pública são, respetivamente, de 8 e de 15 dias, nos termos estabelecidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, com as necessárias adaptações.

- Durante o período de discussão pública, os interessados poderão consultar a proposta na Câmara Municipal de Tarouca, nos dias uteis e durante o horário de atendimento ao público (9h-16h) e na página da Internet do município de Tarouca;

- As sugestões ou reclamações deverão ser apresentadas por escrito, devidamente fundamentadas e indicando a qualidade em que o fazem, podendo ser entregues diretamente nos serviços municipais, ou através de correio postal ou eletrónico, nos termos dos respetivos avisos.

A referida operação de loteamento de iniciativa municipal consiste na criação de 10 Lotes, destinados a atividades empresariais, com a área de 21.072,00m², sendo propostos para domínio publico 2.487,00 m² para Espaços Verdes / enquadramento e 4.941,00m² para arruamentos, passeios e estacionamento.

A alteração ao projeto inicial aprovado, foi elaborada na sequência da posse do prédio localizado na área de acolhimento empresarial e local de Tarouca - PDM, aquando da desmatação da área de intervenção, pictagem e implantação do projeto, que motivaram a revisão/alteração do projeto, num afeiçoamento às condições orográficas existentes com rotação da estrada e consequentemente a uma otimização dos espaços dentro da área de intervenção prevista, resultando na redefinição e reconfiguração dos lotes, em resolução de condicionalismos e constrangimentos topográficos e orográficos, e na descrição das respetivas condições de edificabilidade.

Tarouca, 12 de junho de 2018

O Presidente da Câmara

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que, só após a posse e a desmatação do terreno se tomou conhecimento da real configuração do mesmo, verificando-se a existência de um desnível de cerca de três metros, que impõe a alteração da configuração de alguns dos lotes, e, por isso, se apresenta agora a versão final do loteamento.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma:

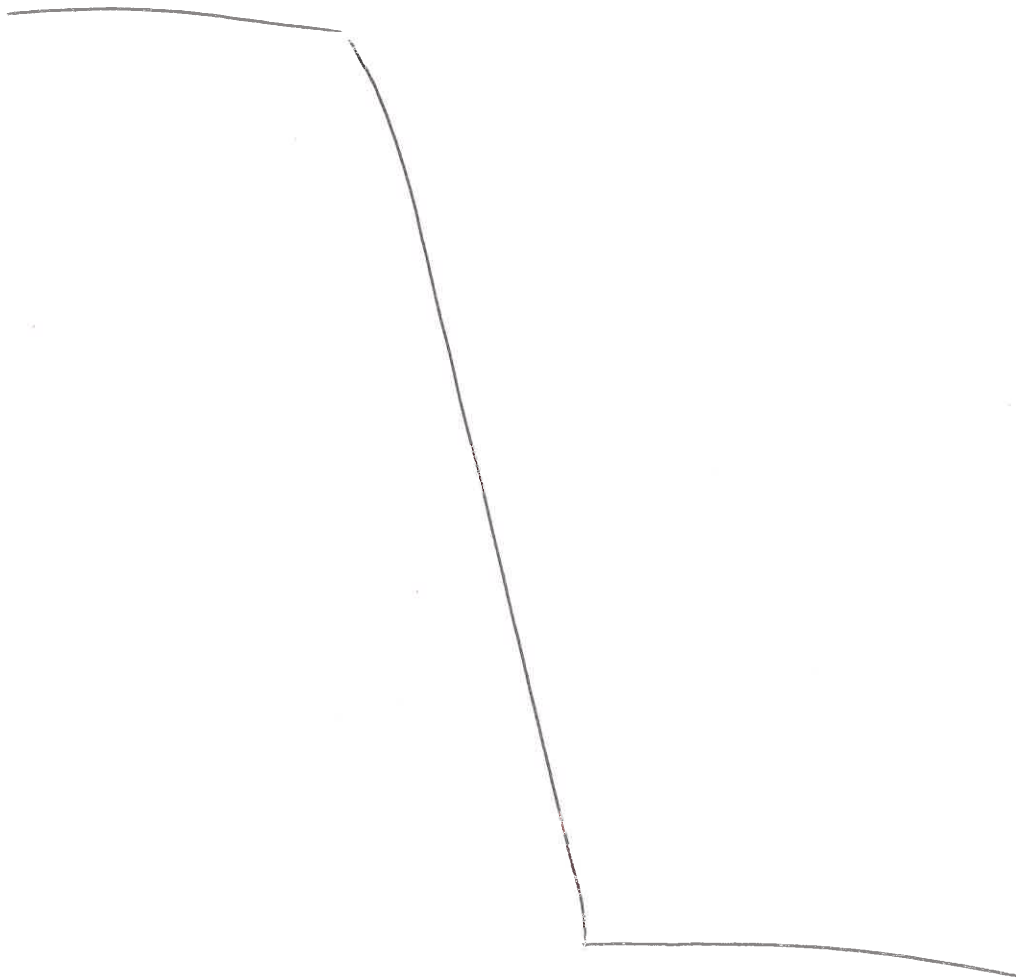
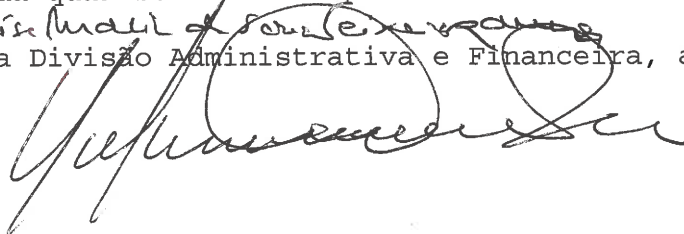
a) Aprovar a presente alteração ao projeto de loteamento com obras de urbanização, de acordo com as peças escritas e desenhadas que compõem o respetivo processo;

b) Aprovar a abertura do período de discussão pública da Operação de Loteamento destinada à criação da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Sousa e Silva*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/06/14

Nesta matéria o técnico refere "...estando o mesmo pavimentado, com redes de águas, eletricidade e telefones e edificado ao longo do seu traçado... mas sem saneamento. O conceito de estruturado deverá superior e juridicamente ser esclarecido para o caso actual e futuros na gestão do plano.".

Para o caso atual, o arruamento em causa trata-se de uma estrada municipal, com todas as condições de acessibilidade, com as infraestruturas que serve várias habitações existentes ao longo do referido troço de estrada, apresentando até melhores condições que outras áreas urbanas do concelho, e assim em termos urbanísticos reconhecer o mesmo como "arruamento existente estruturado", com condições mínimas para o fim a que se destina servir o uso em causa e na igualdade em que já serve outros com o mesmo fim.

Quanto a referencia de que "...está em ZEP ao Mosteiro de S. João de Tarouca, pelo que deverá ser consultada a DRCNorte."

Na consideração de que estando apenas em apreciação a alteração da área da parcela para 1000m2, onde se encontra edificado o edifício, no âmbito da ratificação do artigo identificado no processo, não estaremos perante matéria de consulta à referida entidade, dispondo o RJUE que "As entidades exteriores ao município pronunciam--se exclusivamente no âmbito das suas atribuições e competências.".

Neste contexto, proponho que esta câmara delibere sobre o averbamento/alteração solicitadas ao processo, com os consequentes procedimentos devidos aos respetivos pedidos, e reconhecer que a parcela em causa assenta em "arruamento existente estruturado", para efeitos de enquadramento ao disposto no artigo 40º do RPDM, a aplicar a todos que se localizem no mesmo troço de estrada (Mondim da Beira - S. João de Tarouca), e noutros casos futuros será analisado/reconhecido caso a caso, e por troços de estrada/caminho.

Tarouca, 12 de junho de 2018

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou se trata de um processo de mil e novecentos e noventa e sete, tendo-se constatado, agora, aquando do pedido de averbamento de nome, a existência de uma divergência na descrição do prédio, suscitando-se a dúvida sobre se, face

ao atual PDM, é ou não possível a construção do edifício, sendo condição de aprovação do pedido que a Câmara Municipal reconheça que existe ali um arruamento estruturado, conceito que tem sido objeto de dúvidas pelos serviços técnicos.

Continuou dizendo que não está a propor que a Câmara Municipal se pronuncie sobre este conceito em termos gerais, pois é de parecer que deve ser decidido caso a caso, tendo proposto - após ter identificado o local-que, neste caso concreto, se reconheça o arruamento existente como estruturado para o fim a que se destina.

Por fim, disse que outra questão suscitada pelos serviços técnicos é a de que deve ser consultada a Direção Regional de Cultura, exigência com a qual não concorda porque não se trata de um projeto novo do edifício, mas apenas de uma alteração do artigo matricial, e porque cumpre o PDM.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo está aqui para resolver o problema de forma legal. Além disso, o arruamento existe para servir aquela casa e todas as que ali existem até S. João de Tarouca.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que pensa que é preferível ter a obra concluída, reconhecendo que o edifício é servido por arruamento municipal estruturado.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma:

a) aprovar o averbamento em nome de Maria Cristina Paiva Dias do presente processo de licenciamento de operações urbanísticas nº 102/97, por estar comprovada a respetiva legitimidade;

b) aprovar a alteração solicitada ao processo, com os consequentes procedimentos devidos aos respetivos pedidos;

c) reconhecer que a parcela onde se encontra implantada a obra em causa assenta em "arruamento existente estruturado", para efeitos de enquadramento ao disposto no artigo 40º do RPDM, a aplicar a todos que se localizem no mesmo troço de estrada (Mondim da Beira - S. João de Tarouca), e noutros casos futuros será analisado/reconhecido caso a caso, e por troços de estrada/caminho.

PONTO 11 - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE INICIATIVA MUNICIPAL - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA - PROPOSTA

Presente o processo da operação de loteamento urbano com obras de urbanização de iniciativa destinada à criação da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca, acompanhado da proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE INICIATIVA MUNICIPAL

AREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA

PROPOSTA

Deliberar sobre projeto de loteamento com obras de urbanização, alteração, de acordo com as peças escritas e desenhadas que compõem o respetivo processo, e sobre a